



Texto para Discussão S-172 | 1988

Discussion Paper S-172 | 1988

Economia e felicidade

Agosto, 1988

Maria da Conceição Tavares

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

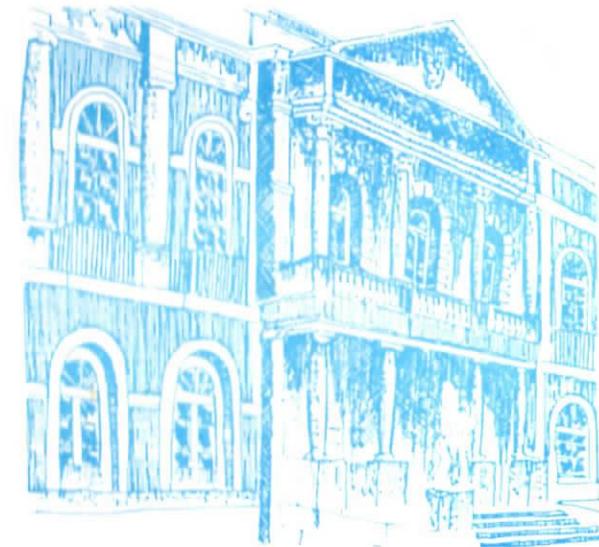
This paper can be downloaded without charge from

<http://www.ie.ufrj.br/index.php/publicacoes/textos-para-discussao#até-2000>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTOS PARA DISCUSSÃO Nº 172

ECONOMIA E FELICIDADE

Maria da Conceição Tavares

Agosto/1988

IMPRESSO NO IEI



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

ECONOMIA E FELICIDADE

Maria da Conceição Tavares
Agosto/1988

Texto preparado para o Simpósio Internacional "Democratizando a Economia: discurso e praxis", promovido pelo Instituto de Estudos Avançados da USP e Woodrow Wilson Center, São Paulo, 26 de julho de 1988.

anpec
ANPEC
Associação Nacional de
Empresas Industriais

ESTE TRABALHO FOI IMPRESSO NO
IEI, COM A COLABORAÇÃO DA ANPEC
E O APOIO FINANCEIRO DO PNPE

PROGRAMA NACIONAL DE
PNPE
POLÍTICA ECONÔMICA

FICHA CATALOGRÁFICA

Tavares, Maria da Conceição

Economia e felicidade / Maria da Conceição Tavares. - Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1988.

20 f. - (IEI/UFRJ. Texto para discussão, 172)

1. Economia - Brasil. I. Título. II. Série.

1. "Introdução ao Caos"

O tema proposto despertou-me inicialmente reações de impaciência, amargura e ironia que quase me levaram a rejeitar a participação neste debate ou pelo menos a trocar-lhe o título.

Como é óbvio, a palavra mágica a ser trocada é felicidade. (In) felicidade, "baú da felicidade" são os trocadilhos mais óbvios que ocorreriam a qualquer brasileiro comum, nesta conjuntura de crise econômica profunda, agravada pelo descrédito e deboche. Associar economia e felicidade pareciam-me uma dessas "idéias fora do lugar", como lembraria qualquer intelectual do eixo Rio/São Paulo, parodiando Roberto Schwarz.

Depois de uma centena de reações e de imagens que só o talento literário dos nossos escritores latino-americanos do realismo fantástico poderia traduzir, caí em mim. Afinal, Riqueza, Consumo, Trabalho, Progresso, são temas centrais da economia política que estão associados na mente humana à noção de Felicidade. Podem estar associados positiva ou negativamente, mas estão aí, desde que a vida ativa e não a contemplativa, a Ordem Natural e não a Ordem Divina, a Ordem Burguesa e não a Ordem Feudal, passaram a reger os destinos humanos, isto é desde a Modernidade.

A economia política desde os clássicos sempre foi atravessada por uma filosofia moral que propôs a felicidade e a liberdade como objetivos viáveis da sociedade humana. A corrente liberal clássica via a busca da "Felicidade Geral" ou do Bem Comum a ser realizada pela liberdade do mercado e dos contratos em que os interesses egoístas levariam, através da competição, à harmonia da "mão invisível", ao equilíbrio da Ordem Natural, ou ao interesse comum do Contrato Social.

Também a crítica da economia política, desde Marx, propõe a felicidade e a liberdade humanas pela superação, não dos conflitos individuais mas das contradições da sociedade capitalista, que conduziriam à meta-história de uma sociedade sem clas

ses e sem Estado, ou pelo menos reduzindo este último à esfera de administração das coisas.

Mais tarde, já no séc. XX, viria a verificar-se dramaticamente que eram os homens e não as coisas que o Estado (socialista, social ou liberal), teria de "administrar" sempre em nome da "verdadeira liberdade": o reconhecimento da necessidade, o bem comum ou o bem público.

Quando neste final de século a crise dos Estados Nacionais, e sobretudo dos Estados Imperiais arrisca pôr em perigo a própria sobrevivência da sociedade (boa ou má), volta-se novamente a discutir com seriedade, o indivíduo, a racionalidade, a felicidade privada e geral, a liberdade do mercado. Será apenas mais uma onda neo-liberal? Penso que não, porque o debate atravessa as fronteiras das disciplinas científicas e as fronteiras dos regimes políticos e sociais. A filosofia moral, ainda que seja a filosofia vitoriana requentada, volta à moda. A organização flexível do trabalho e do tempo livre é uma preocupação dominante frente à rigidez das grandes concentrações industriais e urbanas e às novas técnicas. A participação política ativa dos cidadãos comuns volta a ser desejada frente à apatia da sociedade de massas.

Para se ter uma idéia da extensão da riqueza intelectual da crise contemporânea, vou escolher apenas uns poucos autores que li recentemente e que me impressionaram como indiscutivelmente modernos. Deixo de lado a vasta literatura sobre "contra-cultura" e "pós-modernidade" para não complicar as coisas.

Lista bibliográfica mínima da "Introdução ao Caos"

- Albert Hirschman: De Consumidor a Cidadão - Atividade Privada e Participação na vida pública. Ed. Brasiliense.
- André Gorz: Les Chemins du Paradis - L'agonie du capital. Ed. Galilée.
- Cristopher Lash: O eu mínimo e a Cultura do Narcisismo. Ed. Paz e Terra.
- Hannah Arendt: A Condição Humana. Ed. Forense Universitária.
- Ilya Prigogine: A Nova Aliança. Ed. Universitária de Brasília.
- Jürgen Habermas: A nova Intransferência - A crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas. Revista do CEBRAP - Novos Estudos nº 18, dezembro 1987.
- Mikhail Gorbachev: Perestroika. Ed. Best Seller, 1987.
- Richard Morse: O Espelho de Próspero - Cultura e Idéias nas Américas. Ed. Companhia das Letras.
- Sérgio P. Rouanet: As Razões do Iluminismo. Ed. Companhia das Letras.

Os autores estão citados em ordem alfabética e não em ordem de importância (?). Note-se que apenas um deles é economista, embora quase todos discutam temas clássicos da economia política, a saber: Trabalho, Consumo, Progresso Técnico e Tempo (Histórico e Abstrato). Todos, implícita ou explicitamente, discutem a Felicidade, individual ou dos povos e a Razão Crítica.

O economista é quem tem uma visão mais descontraída e irônica da relação entre Economia e Felicidade; os demais estão visivelmente crispados. O historiador Richard Morse é o único que trata da América Latina, tentando defender as nossas raízes ibéricas.

Numa tentativa heróica de síntese, vou alinhar o que me parece o cerne das questões levantadas por esses autores.

AS PERGUNTAS: Os Resultados do Progresso? O desdobramento da Crise? A natureza do Estado Contemporâneo? A liberdade humana?

AS RESPOSTAS: Instabilidade, Imprevisibilidade, Intransparência.

AS TENTAÇÕES: A Volta ao Paraíso Perdido - A Razão Iluminista (Rouanet). A Razão Socialista (Gorbachev). A pequena produção independente (Gorz). A matriz ibérica (Morse).

Finalmente, para não deixar esta introdução ao Caos sem uma citação de um dos poucos laureados com o Prêmio Nobel de Economia que não envergonha à "corporação" nem "à pobre ciência", as palavras de Wassily Leontief:

"Antes de ser expulsos do Paraíso, Adão e Eva gozavam, sem trabalhar, de um nível de vida elevado. Depois da sua expulsão tiveram de viver miseravelmente trabalhando de manhã à noite. A história do progresso técnico dos dois últimos séculos é a história de um esforço tenaz para reencontrar o caminho do Paraíso.

No entanto, se todas as riquezas nos fossem oferecidas sem que tivéssemos de trabalhar por um salário, morreríamos de fome no Paraíso - a menos de (poder) responder com uma nova política de renda à nova situação técnica".

Esta citação é o que pude encontrar de melhor para iluminar o debate sobre "Economia e Felicidade" no mundo desenvolvido.

Agrego apenas uma informação para os que vêm na Acumulação da Riqueza a maior fonte de (In)felicidade: os dados disponíveis no fim de 1987 indicavam que havia na circulação financeira mundial cerca de 8 trilhões de dólares girando a uma velocidade espantosa nos computadores das agências privadas financeiras internacionais. Aquilo que Keynes chamou de "Casino Economy" é apenas uma brincadeira de criança comparado com a ins-

tabilidade do chamado "overnight". Para quem não sabe o que isto significa à escala mundial e tem apenas uma pálida visão cabocla do funcionamento desta fantástica invenção tecnológica, devo acrescentar que ela desmente o maior achado sobre Temporalidade da Física Moderna, da Economia Clássica, da História e da Condição Humana: o Tempo é irreversível. Para o mercado do "overnight" o tempo é reversível, depende do fuso horário onde se encontrar o especulador e da rede de operadores na qual está inserido.

Devo acrescentar ainda que ninguém sabe hoje qual é o valor do dólar, nem qual é o valor das dívidas ou dos créditos globais das famílias, das empresas e dos Estados Nacionais que se meteram nesta "ciranda financeira". As perdas de um dia nas grandes bolsas mundiais de novembro do ano passado foram da ordem de 1 trilhão de dólares e apesar disto o sistema privado financeiro não veio abaixo.

Entretanto, 20 milhões de desempregados europeus tem o que comer, não trabalham, nem se sabe quantos querem trabalhar, mas sonham com a Europa Unida dos Povos e do Capital, uma aparente contradição que angustiaria André Gorz, mas os deixa felizes e dá um novo sentido "às energias utópicas" que preocupam Habermas.

Ao sul do Equador, onde não existe pecado, mas existem "peixes voadores", a estória é outra, aqui o debate sobre o futuro, a felicidade e a economia parecem estar meio "fora do lugar", mesmo na Universidade onde afinal é o lugar da circulação ou da "negação" das idéias.

Porquê? Porque nas economias periféricas a discussão sobre o Reino da Liberdade do Homem não responde a qualquer princípio da Filosofia Moral, quando milhões de seres humanos ainda não se liberaram das Necessidades Básicas. Então aqui, que me perdoem os meus amigos liberais e libertários de todas as matizes que odeiam a "Filosofia da História", a Liberdade continua sendo o Reconhecimento da Necessidade, ainda que as "elites" te

nham todo o direito às suas liberdades particulares.

A economia política já foi uma "ciência moderna" por excelência: na verdade disputou junto com a física o privilégio de inaugurar a Modernidade. Depois que abriu mão da Política e optou pela racionalidade do cálculo econômico, converteu-se numa "pobre ciência" da auto-regulação dos mercados.

Cito aqui, porque me parece cada vez mais atual, um parágrafo da minha tese de titular.⁽¹⁾

"Os físicos modernos não precisaram ver explodir os sois para formular suas leis sobre a matéria e a energia, não precisaram desintegrar o átomo para produzir novas teorias, não querem tapar os buracos negros do Universo com velhas equações (nem tratam a dissipação da energia com leis imutáveis).⁽²⁾ Os economistas viram o caráter progressivamente mais grave das crises capitalistas, viram ocorrer a separação das "órbitas" da produção, da circulação de mercadorias e do dinheiro, viram em suas vidas explodir o "sol" ao menos uma vez, mas continuam afeitos à sua física newtoniana".

Dez anos depois, frente à crise fiscal dos Estados, o pensamento conservador abraçou com entusiasmo a Consigna da Desregulação e o pensamento "progressista" discute com afinco a Teoria da Regulação do Capitalismo!

Até "Nova Ordem", parece melhor entregar o cuidado da "Felicidade Humana" aos psicólogos e aos políticos profissionais, pelo menos estes estão sempre inventando novas terapias e não recomendam obsessivamente a "abstinência" e o trabalho a povos morrendo de fome e sem emprego.

(1) "Ciclo e crise - O Movimento Recente de Industrialização Brasileira" - UFRJ, Rio de Janeiro, 1978.

(2) A respeito da crise da Ciência, e da Física em particular, ver Ilya Prizogine, op. cit.

2. A Dissolução Histórica e Teórica da Economia Política

Os paradigmas liberais parecem ser abandonados no começo do séc. XX, quando a teoria e a prática das guerras, do imperialismo, e das crises recorrentes do capitalismo, levam as "elites" rebeldes do mundo ocidental a contestar a ordem burguesa, aquela mesma ordem que se iniciara tão auspiciosamente com a derrubada do antigo regime, e com as consignas da gloriosa revolução francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

O sonho liberal e democrático americano, expressão máxima da nova sociedade, terminou em 1898 com a invasão das Filipinas.⁽¹⁾ A partir daí, até a crise de 1930, e a ascensão do nazismo, o pensamento liberal não voltou a se ocupar das consignas libertárias nem do bem comum, e só no após guerra viria a descobrir a equivalência entre consumo e felicidade.

As preocupações políticas do período entre-guerra giraram em torno das palavras de ordem, disciplina, poder. As preocupações econômicas dos liberais centram-se na ruptura do padrão-ouro que ameaçava o valor mundial da riqueza capitalista. A discussão da felicidade humana fica com os socialistas utópicos de todas as matizes que obviamente privilegiam o trabalho livre e não o consumo.

O sonho da internacional socialista terminou em 1914. A gloriosa revolução de massas, condenada por muito tempo ao socialismo em um só país, terminou dando lugar a um Estado autoritário, administrando ferreamente aos homens e não às coisas. O marxismo ocidental, ameaçado pelo fascismo, abandona a crítica da economia política e dedica-se à "Kultur-Kritik" e daí em diante à filosofia.

No entre-guerras, a economia política lança dois grandes pensadores da crise capitalista, Keynes e Schumpeter, cujos ensinamentos chegam até os nossos dias. Infelizmente, para o primeiro os seus discípulos, sobretudo os norte-americanos, vão

(1) Barbara Tuchman: The Proud Tower, Bantam Books, 1985.

fazendo um pastiche da sua teoria, até que o pensamento neo-clássico se torna novamente dominante.

Após a 2ª Guerra Mundial, a ordem liberal do capitalismo imperial e do socialismo autoritário passam a ser as novas bandeiras ideológicas que dividem o mundo ocidental. Entretanto, surge uma nova realidade - o Estado social do bem-estar - que deve menos ao Keynesianismo do que aos reformistas e social democratas do norte da Europa. Estes retomam de novo a preocupação com a felicidade humana, desta vez, não apenas individual mas coletiva. O direito ao trabalho (pleno emprego) e ao consumo social (saúde, educação, seguridade social) são deveres do Estado para com os cidadãos.

Aqui aparece pela primeira vez, com clareza a ambiguidade entre o consumo público e privado, entre os direitos individuais e sociais dos cidadãos. Estes aparecem para o Estado como portadores de uma tríade de direitos contraditórios: o direito político ao voto universal (legitimador), o direito social dos trabalhadores organizados (contestador) e o direito difuso ou segmentado de consumidores (clientela). Como é óbvio, esta Santíssima Trindade, destinada a garantir a felicidade geral, cria problemas ao Estado mas garante uma dinâmica social legitimadora sem precedentes históricos, da qual a esquerda só se deu conta em plena crise do Estado de bem-estar.⁽¹⁾

A social democracia tarda a chegar ao poder no coração da Europa e quando o faz a regulação econômica do capitalismo e a difusão do consumo de massas já estão bem avançadas. Já no caso do socialismo autoritário, a vitória da URSS estende o império do socialismo real, mas confirma a burocracia soviética no seu papel centralizador de um poder incontestável, reforçado pela permanente ameaça do inimigo externo. Internamente, as dissidências intelectuais contestam a industrialização forçada, a privação do consumo, a privação das liberdades individuais, mas não conseguem enfrentar intelectualmente o para-

(1) Para a crítica da crise do Estado de Bem Estar - Ver Habermas, op. cit.

digma da filosofia ocidental, reforçado pelas circunstâncias, de que a verdadeira liberdade é o reconhecimento da necessidade.⁽¹⁾

O Estado socialista burocrático move-se, porém, por uma lógica interna de acumulação de indústria pesada que nada tem a ver com qualquer filosofia, mas sim com dois fatos básicos de economia política. O primeiro deles é que se trata de um país de industrialização tardia que tem de incorporar vastas massas rurais a um processo de trabalho socializado e a padrões de consumo mínimo urbano. O segundo fato relevante é o do enfrentamento militar com o outro sistema. Assim, a produção industrial de bens de capital e de armas é a prioridade básica do Estado e não o consumo coletivo ou privado dos cidadãos.

Impressionante como a discussão sobre a natureza do consumo social e o caráter da sua organização tardam a surgir na URSS. Mas o consumo privado termina aparecendo como um desejo do povo russo, antes mesmo que o "sonho" da superioridade tecnológica e da organização burocrática do trabalho socializado tivesse chegado ao fim. A auto-crítica do modelo socialista soviético de organização e gestão social do Estado e da economia, recentemente feita por M. Gorbachev, tem implícita uma nova economia política. Nela reaparecem os elementos clássicos da eficiência e de uma certa liberdade dos mercados que tem levado os seus detratores a apontarem uma possível "transição pacífica" do socialismo ao capitalismo.

Mas, evidentemente, trata-se de uma brincadeira já que não se visualiza qualquer indicação no sentido da liberalização dos dois mercados fundamentais ao capitalismo: o mercado de trabalho e o mercado de dinheiro. O apelo ao novo "socialismo democrático" centra-se nas questões de uma nova organização social da produção, do trabalho e da participação política e não no "Reino das liberdades individuais" como gostariam os libe-

(1) Sobre a relação entre liberdade e necessidade, e sua recorrência na História da Filosofia Ocidental - Ver Hannah Arendt - A Condição Humana.

rais, nem no do "Reino do Trabalho Livre" como desejariam os socialistas utópicos.

Mas voltemos à crise da Economia Política Capitalista, para enfrentar, finalmente, o seu estágio atual de dissolução.

Desde Adam Smith até os nossos dias, a economia política trata do trabalho, da produção, da produtividade, como necessidades do desenvolvimento econômico, submetidas a leis naturais ou históricas, e racionaliza o processo técnico como fonte de progresso humano em geral. Ao mesmo tempo critica o consumo conspícuo, o lazer das classes ociosas, o desemprego, que são o resultado "natural", diriam uns, ou histórico diriam outros, deste sistema de produção capitalista ou industrial, segundo a visão das escolas a que pertençam os economistas. Em todos eles há uma filosofia moral: o progresso é bom, os seus resultados é que podem ser ruins. O Homem é bom, as formas da associação humanas é que podem ser incorretas. A luta entre paixões e interesses movem a história humana, mas o seu desfecho é em geral bom, progressista. Os que ousaram duvidar tem sido taxados de catastrofistas ou irracionais.

Com esta filosofia implícita do "Progresso Natural", não é de se espantar que a economia política tenha entrado em crise. Uma disciplina que se pretende científica teria de abandonar de vez uma filosofia moral que prega a abstinência, a poupança, a austeridade e postula o equilíbrio, quando a acumulação da riqueza, o desperdício, o consumo conspícuo, as desigualdades e os desequilíbrios são as marcas registradas da história do capitalismo. Ou então, assumir de frente a crítica de um sistema em que a acumulação de capital se move como um fim em si mesma e arrasta o progresso técnico para descaminhos que estão longe de corresponder a uma mera "destruição criadora", como pensava Schumpeter.

Mas o que o pensamento econômico liberal fez não foi enfrentar a realidade; foi livrar-se dela, continuando a postular o equilíbrio do mercado, passou a medir a felicidade pelas preferências ordenadas (ou reveladas) dos indivíduos e a li-

vrar-se da angústia vendendo a varejo nos consultórios dos psicólogos a "felicidade" como uma mercadoria.⁽¹⁾

Com a dissolução da Economia Política, numa filosofia moral ou numa apologética do capitalismo, chegamos ao verdadeiro paradigma da "ciência econômica" contemporânea que é a chamada análise econômica. Neste, os economistas neo-clássicos contemporâneos incluem todas as atividades humanas, numa totalização economicista que é a manifestação suprema da arrogância e da vacuidade a que chegou a nossa "pobre ciência". A análise do trabalho dá lugar a uma teoria do capital humano, a análise do consumo dá lugar a uma teoria das preferências do consumidor que enfrenta recursos escassos. Assim, o indivíduo consumidor deve hierarquizar suas preferências e compará-las com os preços de mercado de modo a alcançar uma posição ótima.

A observação de que toda a atividade leva um tempo, que no geral é escasso, é crucial para a idéia de que todas as atividades humanas se encaixam na análise econômica neo-clássica. A análise do tempo como um bem finito é a pedra fundamental para entender os mais variados aspectos do comportamento humano "do ponto de vista econômico". Tempo é dinheiro já diziam há muito tempo os homens de negócio americanos. Assim as preferências intertemporais dos consumidores abrangem todos os bens visíveis e invisíveis, do dinheiro ao petróleo, da amizade e guerra, do trabalho ao lazer e finalmente, porque não, à Felicidade. Esta última passagem foi confirmada quando os sociólogos descobriram que é possível perguntar às pessoas se são felizes, pouco ou muito, mais agora do que no ano passado, etc. e relacionar tais revelações não apenas à renda mas também a uma série de outras variáveis como autonomia, auto-estima e assim por diante. Com a ajuda dos psicólogos do comportamento, a ação humana e a incerteza do futuro foram reduzidas a uma série de comportamen-

(1) Para uma crítica contundente da psicologia contemporânea, ver as obras de Christopher Lash.

tos previsíveis.⁽¹⁾

Esta marcha batida para a busca da racionalidade e do mercado como "reino soberano da liberdade" culminou, no meio da crise de todos os paradigmas científicos, com a chegada triunfante dos "novos clássicos", como se chamam pedantemente os economistas neo-clássicos americanos da novíssima geração. Para estes não há dúvidas, nem o mundo, nem a ciência, nem a racionalidade estão em crise. As expectativas são racionais, o futuro provável é visível, o equilíbrio é uma trajetória econômica perfeitamente viável, depende apenas da informação adequada e naturalmente de um tratamento matemático complexo dos modelos e um tratamento estatístico rápido e confiável da informação. Para este último não há problema tecnológico, os computadores estão aí mesmo.

Assim uma revolução tecnológica, a informática, que tantas dores de cabeça tem dado aos filósofos da ciência e aos filósofos da sociedade, além dos problemas práticos da "regulação" do mercado de trabalho e do mercado de dinheiro, passa em brancas nuvens para estes "novos apóstolos da economia positiva". Para eles, as perguntas centrais sobre o desenvolvimento do progresso tecnológico e o desenrolar da atual crise não levam às respostas colocadas na introdução deste ensaio: Instabilidade, Imprevisibilidade, Intransparência, senão ao seu contrário. Levaram a sério a recomendação bíblica: "Senhor, não os deixai cair em tentação".

Eles não tem qualquer tentação de "volta ao paraíso perdido", e abominam a política e, a rigor, se pudessem suprimiriam a ação humana perturbadora da lógica. Samuelson, na sua irritação com a volta dos neo-neoclássicos (e suas assessorias notórias aos regimes militares latino-americanos), chamou a esta atitude Fascismo de Mercado.

(1) Para uma crítica mais aprofundada e um tratamento distinto do consumo - Ver Hirschman - De Consumidor a Cidadão.

3. A Relação Negativa entre Economia e Felicidade

Trabalho e consumo parecem ser ao longo de quase dois séculos uma das "chaves do tamanho" do problema da associação negativa entre economia e felicidade. Falta ou sobra trabalho, falta ou sobra consumo. O trabalho é socialmente necessário mas é alienante, o consumo individual é indispensável mas acima de certo limite é desperdício, ostentação, felicidade fátua. Mais do que um problema que se coloca e se resolve dialeticamente, parece tratar-se de uma "ambigüidade". Uma ambigüidade com muitas caras: o caráter público e privado do trabalho e do consumo, o caráter livre e necessário da atividade humana, a felicidade e infelicidade geral que deseja e rejeita o trabalho e o consumo, como uma maldição ou uma benção.

Estas ambigüidades perpassam também todas as correntes de pensamento econômico, do liberal ao marxista, e deram quase sempre lugar a uma filosofia moral que perturba as análises mais vigorosas. Assim, a elevação dos níveis de consumo material sempre foi visto com maus olhos por todos os grandes pensadores do passado; de Adam Smith a Veblen (o inventor do consumismo).

Essa repulsa moral se generalizou até nossos dias de tal maneira que praticamente não há autor conservador ou progressista que não ataque o consumismo. No seu interessante livro De Consumidor a Cidadão, particularmente no capítulo 3, Hirschman faz uma crítica saborosa a esta hostilidade.

"A nova riqueza material é, assim, envolvida em um dilema: se as massas têm acesso a ela, os conservadores se rebelam porque a ordem social é ameaçada; se permanecer inatingível pelas massas, os progressistas ficam estarelecidos com a crescente disparidade nos padrões de consumo. Como as evidências nunca estão livres de ambigüidade, a nova riqueza e os novos produtos podem ser e frequentemente têm sido acusados e amaldiçoados pelos dois lados."

A mesma ambigüidade ocorre com a noção de trabalho, já

seja a de trabalho socialmente necessário já seja a de trabalho livre. Uma parte considerável da literatura marxista ou simplesmente progressista tem-se dedicado de forma incansável a este tema. Infelizmente, não se pode dizer que os resultados alcançados sejam satisfatórios.

Os descaminhos da teoria do valor trabalho de Marx tem sido muito agravados até hoje pelos seus discípulos.

Vou me permitir repetir aqui alguns parágrafos do ensaio que escrevi em 1978, embora eles, como é óbvio, não resolvam a questão da ambigüidade.

"Frente à fragmentação crescente do "mercado de trabalho" e à impossibilidade de homogeneização das condições sociais de produção, ainda se busca recuperar para uma análise contemporânea do salário o conceito de "custo de reprodução" da força de trabalho!"

"Na busca de tornar "racional" a realidade intolerável do capitalismo e de sua "ordem" em desagregação, discute-se as remunerações pessoais do "trabalho livre", convertido em sujeição burocrática nos serviços organizados do Estado, em termos de produtividade. Discute-se o trabalho dos médicos e dos professores empregados do Estado como se fosse "trabalho produtivo". Por estar submetido ao mesmo regime "geral" de exploração do "trabalho assalariado", consideram-se todos os trabalhos "especiais" como se estivessem submetidos à regulamentação objetiva da jornada de um processo de trabalho maquinizado. Em vez disso, seria melhor discutir a sua "utilidade social" - o seu valor de uso e tentar negociar o seu "valor de troca" não "arbitrariamente", mas de acordo com as condições reais de "poder" e de legitimação pela sociedade.

Nega-se a "politização" dos preços, inclusive daquele visivelmente mais politizado que é o preço do trabalho nos serviços, que não são redutíveis a categorias como "produtividade" ou "escassez". Não se percebe que a diferença fundamental entre a "corporação do lumpen" e a "corporação do trabalho

universitário" reside no "poder político" e "status social" distintos. Que o sistema de valorização é outro, que o sistema de hierarquização do processo de trabalho não corresponde mais à diferenciação técnica e produtiva do capital. Que nas organizações sociais modernas, a superestrutura do sistema capitalista contém em si mesma regras de valorização em que o poder político e a legitimação contam mais do que o movimento do capital em expansão desordenada.

Se o capital dispensa a mão de obra, esta, em sua "liberdade", está condenada temporariamente à situação dos "me tecos" ou a criar as suas organizações de sobrevivência. Está obrigada a travar uma luta política, periodicamente perdida, numa sociedade em desagregação, até a passagem a uma nova sociedade."

As interessantes considerações de Hannah Arendt sobre o "animal laborans" também não disfazem a ambigüidade do trabalho e sua relação com a ação e a condição humana. No entanto, vou transcrever um parágrafo da sua análise da sociedade consumidora que me parece apropriado a este ensaio por sua menção explícita à Felicidade.

"A verdade bastante incômoda de tudo isto é que o triunfo do mundo moderno sobre a necessidade se deve à emancipação do labor, isto é, ao fato de que o "animal laborans" pôde ocupar a esfera pública; e, no entanto, enquanto o "animal laborans" continuar de posse dela, não poderá existir uma esfera verdadeiramente pública, mas apenas atividades privadas exibidas em público. O resultado é aquilo que eufemisticamente se chama cultura de massas; e o seu profundo problema é a infelicidade universal, devida, de um lado, à perturbação do equilíbrio entre o labor e o consumo e, de outro, à persistente exigência do "animal laborans" de perseguir uma felicidade que só pode ser alcançada quando os processos vitais de exaustão e regeneração, de dor e de alijamento da dor, estão em perfeito equilíbrio. A universal exigência de felicidade e infelicidade, tão comum em nossa sociedade (que são apenas os

dois lados da mesma moeda) são alguns dos mais persuasivos sin tomas de que já começamos a viver numa sociedade operária que não tem suficiente labor para mantê-la feliz. Pois somente o "animal laborans" - e não o artífice nem o homem de ação - ja mais exigiu ser "feliz" ou pensou que homens mortais pudessem ser felizes".

As considerações de Gorz são mais taxativas e pretendem resolver o problema, mas apesar de sua crítica e de sua proposta de uma renda vitalícia independentemente de emprego, a ambigüidade do trabalho livre não está resolvida no seu texto. Ele comete mesmo algumas ingenuidades semelhantes à dos neoclássicos: em vez do mercado auto-regulado, o trabalho li vre auto-regulado. Nele, também como nos neoclássicos, desaparece o conflito e a política. A sua fé na automação e na liberdade de ir e vir, lembra a ingenuidade do "laissez faire, lais sez passer" dos primeiros liberais.

Assim diz ele no final de seu capítulo mais estimulante "Para sair do capitalismo":

"As idas e vindas entre o trabalho heterônomo, as atividades microsociais facultativas e as atividades pessoais autônomas é a garantia do equilíbrio e da liberdade de cada um. A complexidade, as indeterminações, as sobreposições mantêm abertos os espaços onde a iniciativa e a imaginação podem ser exercidas. Elas são as riquezas da vida".

Assim, com a automação, a "lógica econômica" não teria mais curso, imagina Gorz e, agrego eu, a organização do trabalho socialmente necessário desaparecia. Finalmente, o rei no da liberdade individual, da felicidade geral. Haja energia utópica!

Estamos chegando ao fim deste ensaio em que a relação entre Economia e Felicidade foi abordada de vários pontos de vista teóricos, em um pouco em seu contexto histórico.

Para as sociedades opulentas e democráticas este pro

blema ganhou dimensões filosóficas e tecnológicas que dão lugar a um debate extremamente rico e pertinente, sobretudo se a corrida armamentista for deslocada das preocupações centrais da humanidade.

Para as sociedades socialistas, tecnologicamente avançadas, o problema parece estar-se colocando em debate a partir da auto-crítica da "velha sociedade" e da tentativa de rees truturação de uma nova, na qual os problemas centrais ainda continuam sendo democracia e eficiência, dois velhos amigos do pensamento ocidental desde a Modernidade.

Que dizer porém das sociedades periféricas, tão heterogêneas em seus padrões econômicos, sociais, culturais e políticos?

No caso da América Latina o conceito de modernidade continua a obsecar as elites pensantes, liberais conservadoras ou progressistas. A leitura do "Espelho de Próspero" é uma provocação para reconsiderar o nosso conceito de modernidade.

Mas a questão central, a meu juízo, não está apenas na modernidade versus atraso nem no crescimento versus estagnação. Tivemos 50 anos de crescimento contínuo no Brasil e várias décadas de modernização conservadora, e, no entanto, a matriz estrutural do caráter desigual do capitalismo continua intacta. José Serra e eu escrevemos em 1970 um ensaio que trata da dinâmica do progresso desigual e combinado e que eu retomei posteriormente no início da década de oitenta.⁽¹⁾

Tentamos demonstrar que não é por falta de progresso material que estamos nesta situação de injustiça social flagrante.

Uma das coisas que mais me deixa inquieta e às vezes desesperada, na visão atual dos progressistas, é a sua insis-

(1) "Além da Estagnação" in "Ensaio de Interpretação da América Latina". Editor José Serra. Ed. Paz e Terra. "Problemas estruturales en fases de industrialización tardía y periférica" in Revista de Política Económica Latinoamericana, CIDE, México, 1981.

tência na modernização, na inserção internacional dinâmica, na eficiência do Estado.

E as necessidades básicas da população serão garantidas por quem? A "democracia é compatível com a miséria e a violência" dizia, faz pouco em Campinas, um ilustre sociólogo internacional que tem muitos amigos no Brasil. Os aplausos foram escassos mas a perplexidade reinante paralizou o debate. Indignação e angústia foram as respostas emocionais do auditório e desta "velha debatedora".

Não admira que o tema proposto "Economia e Felicidade" me tenha sido tão difícil de abordar.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1988
TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
157. GIAMBIAGI, Fabio. <u>Decisões Independentes, Expectativas e Racionalidade Econômica; Uma interpretação para o Fracasso dos congelamentos.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.	25
158. JAGUARIBE, Anna Maria. <u>Projeto Estado. Bases para uma comparação entre Brasil, Itália e Espanha nos anos 60-80.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 158)	38
159. OZORIO, Anna Luiza. <u>A posição do ensino de economia na UFRJ: funcionários, professores e verbas.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 159).	31
160. TAUILLE, José Ricardo. <u>Notas sobre tecnologia, trabalho e competitividade no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 160).	27
161. MEDICI, André Cezar. <u>Observaciones sobre el financiamiento del sistema de salud argentino.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 161).	33
162. BATISTA, Jorge Chami. <u>Planejamento, Investimentos e Competitividade Internacional do Setor Siderúrgico Brasileiro nos anos 70 e 80.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 162).	97
163. KUPFER, David e CABRAL, Maria Tereza. <u>Organização Industrial e Perfil da Firma na Indústria Química Fina.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão 163).	
164. FIGUEIREDO, José Bernardo e SILVA, Nelson do Valle. <u>The Experience with Economic-demographic Models For Brazil Description and Results.</u> IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1988. (Discussão, 164).	25
165. FIORI, José Luis. <u>Leituras de Conjuntura Política - 1. Algumas idéias sobre a racionalidade da decisão presidencialista. 2. A propósito do pêndulo Peeme debista.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 165).	25
166. TORRES FILHO, Ermani Teixeira. <u>A transição do tratado para a teoria geral - A economia monetária, a poupança e o financiamento.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão 166).	38
167. TAUILLE, José Ricardo et alli. <u>Matriz Eletrônica para a Produção de Sistemas Eletrônicos de Processamento de Dados no Brasil: Uma proposta de metodologia.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 167).	71

168. FERRAZ, João Carlos; ANTUNES, Adelaide; TEIXEIRA, Francisco L.C. Teixeira e BRITTO, Jorge N.P. A demanda tecnológica da indústria química fina: implicações para política setorial. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 168) 62
169. GIAMBIAGI, Fabio. Taxa de Poupança, Restrições ao Crescimento e Política Econômica: Uma Abordagem Integrada. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988. (Discussão, 169) 26
170. SALA, CLAUDIO. Concertation in Incomes Policy: The Case of Brazil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 170) 11
171. ZOHINSEIN, Jonas. O circuito Financiamento-Investimento-Poupança Financeira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 171). 32
172. TAVARES, Maria da Conceição. Economia e Felicidade. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988. (Discussão, 172) 20
173. LAFOIA, João. Dualismo ou integração do mercado de trabalho? A experiência recente da economia brasileira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1988 (Discussão, 173) 48